

Apresentação

Este número dedica-se à reforma do Estado hoje em curso no Brasil. O projeto de reformar-se o Estado brasileiro não é, de modo algum, uma novidade de nossos tempos. Ao contrário, é um velho projeto, que adentrou a cena política nacional ainda no século passado. Sua atualidade deriva, em boa parte, da constância histórica, como que a reiterar a existência, ali, de um possível ponto de inflexão na história, na cultura e na sociedade brasileiras. E deriva também, conforme veremos, da natureza do momento histórico, momento de mudanças aceleradas, paradoxais e descontínuas, cujos segredos ainda desconhecemos, e que conjugam de uma maneira nova a alteração e a tradição, a igualdade, a liberdade e a hierarquia, a ciência e a política, a dominação política, a autonomia moral individual e o bem-estar da sociedade.

Muito se tem discutido sobre a natureza do Estado e da política no Brasil. Um denominador comum das análises parece ser o diagnóstico de patrimonialismo. De diversas maneiras, e por parte de diversos segmentos da sociedade, o Estado brasileiro é visto como um ente que (por sua própria natureza) se presta à apropriação privada. E a sociedade, por sua vez, vem a ser vista como um conjunto de diversos segmentos com um só objetivo, semelhante e concorrente: apropriar-se do Estado. Oligarquias, corporações do capital e do trabalho, financistas-tecnocratas, aventureiros da política e outros tipos, todos nascidos dessa peculiar relação entre Estado e sociedade que é o patrimonialismo legado pelos três séculos de condição colonial.

O que parece certo é que a renovação do modelo de Estado que se deseja depende do esclarecimento da estrutura histórica das relações do mesmo com a sociedade brasileira, bem como, ao mesmo tempo, da identificação da especificidade das culturas política, econômica e moral de nosso país. Esta análise no plano da cultura permite identificar as potencialidades de que se pode lançar mão em face das novidades trazidas pela história recente, inclusive para neutralizar aspectos indesejáveis da história antiga, que perdura e tende a não mudar. Apenas quando é possível aliar a ocasião histórica a um bom conhecimento dos mecanismos comportamentais é que se pode realizar reformas dignas deste nome, reformas que liguem consistentemente o Estado à sociedade.

O atual momento histórico parece inspirar mudanças descontínuas, de impactos variados. Embora isso inspire cautela, deve-se explorar a possibilidade de que, no caso da relação Estado-sociedade, as mudanças venham a ser mesmo importantes. De modo geral, pode-se registrar um processo, ao longo dos últimos quinze anos, de fortalecimento e “complexificação” da sociedade civil brasileira, que vai deixando de ter o Estado como o seu único — ou ao menos como o seu principal — fator dinâmico. Esse fortalecimento significa uma sociedade civil cujos membros, individualmente, vão, cada vez mais, representando-se como agentes econômicos, políticos e morais que se utilizam de sua autonomia de julgamento e iniciativa de ação para construir um plano de vida de maior coerência subjetiva e de melhores resultados civilizatórios e materiais.

Parece haver uma interessante disponibilidade da população para alterações nesse sentido, com conseqüências a médio e a longo prazos. Essa plasticidade deriva, provavelmente, das próprias ambigüidades de nossa cultura, em geral, e de nossa política, em particular. Interessantes contradições, a pedir por sínteses, entre, por exemplo, o particularismo da crença mágica e o universalismo da fé cristã, ou entre o poder local e sua afinidade com certa tradição individualista (a do “personalismo ibérico” de que fala Sérgio Buarque de Holanda) e o poder burocrático-centralizador, afim à ciência, à democracia formal e a um certo civismo. Ou entre os princípios da igualdade e da hierarquia, ambos inscritos profundamente em nossa cultura, e cuja articulação apresenta diversas possibilidades de concretizar-se em relações sociais e políticas, possibilidades certamente não esgotadas no paradigmático “você sabe com quem está falando”, de Roberto da Matta.

Tudo isso ocorre junto com outro processo, de natureza gêmea, e que ultrapassa nossas fronteiras: o da constituição de um espaço público democrático internacional, dinamizado pela própria sociedade civil, que conduz a política a desvencilhar-se do âmbito exclusivo do Estado. Há certa valorização da política no ar: mesmo a crítica mais desabonadora é apaixonada, e a desilusão, muito lamentada. É desse espaço público, que tendencialmente se autonomiza perante o Estado, que deverão partir argumentos para influir na reforma do Estado, argumentos que, por exemplo, poderão conter a esperança de que certa racionalidade de interesse da sociedade seja defendida, e certa racionalidade, de interesse do livre agente individual, seja implementada.

De uma época de firmes e estreitas convicções em líderes de carisma pessoal, parece que estamos a ir para uma outra, em que tal maneira de crer e de ver o mundo tende a ser contrabalançada por aquelas intenções mais

“racionalmente” determinadas. E tal racionalidade implica a cobrança mais efetiva da responsabilidade dos governantes, instaurando uma relação entre sociedade e Estado na qual as duas partes apresentam-se mais nitidamente distintas — a sociedade vai crescendo e aparecendo...

A revista *Sociedade & Estado* considera interessante que tal incipiente forma de relação entre as duas partes seja constituída pelo diálogo, inclusive pela via acadêmico-científica, entre Governo e sociedade. A legitimação das reformas, na verdade, depende disso. Tal processo de diálogo em busca de consenso, que se deve estabelecer entre sociedade e reformadores do Estado, é a única fonte de legitimação afinada com os rumos que parece tomar o regime democrático entre nós. Qualquer outra reforma estará condenada, como tantas outras no passado, a gerar mais um grupo que não se sente responsável pelo Estado que reformou e governa, visto que à sociedade poder-se-á sempre atribuir o “não ter feito a sua parte” no acordo.

O momento atual parece atrair os cientistas para a política, e os políticos, para a ciência, trazendo vivamente à tona a complexidade das relações entre as duas esferas. A crença dos editores é a de que tal problema resolve-se justamente por sua prática. Não há “uma” solução para o problema da relação entre a ciência e a política. Há tantas soluções quantas forem tentadas (e tantas falhas também), pois trata-se de um problema vivo. É nesse espírito que vem a público a presente edição de *Sociedade & Estado*. Ou seja, para constituir-se em veículo ativo dessa discussão em busca de consensos teóricos que são o próprio cimento da legitimação democrática neste final de século e, também, como passo metodológico importante na prática científica.

Nosso pressuposto é o de que a discussão deve evitar a construção de modelos por derivação de um corpo de “fins últimos”, explícitos ou velados, que sustentem a conduta “convicta” dos eventuais portadores da verdade. Tais fins últimos podem ser, grosso modo, representados, por um lado, por aquele liberalismo de conseqüências sócio-desintegrantes, que dissolve a moralidade e satura o indivíduo de egoísmo, e, por outro, pelos efeitos de “solidariedade mecânica”, que paralisa a riqueza da vida moral, da política e da economia, e que se ligam, historicamente, ao pendor totalitário sempre desenvolvido pelas experiências socialistas e comunistas.

Em algum ponto entre os dois extremos situa-se o padrão adequado para a estruturação das relações entre sociedade e Estado em nosso país. Passemos, pois, à sua procura através de reflexões como as que estes textos nos propõem.

Eurico A. G. C. dos Santos